

ARTIGO

‘NEM É BOM FALAR NISSO’:

CORRERIAS, REDUÇÕES E O CATARRÃO NA REOCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ACRE, (1869 A 1955)

DANIEL DA SILVA KLEIN

Docente da Universidade Federal de São Carlos junto ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0190-2132>.

RESUMO: O presente artigo é uma investigação que aborda a reocupação dos territórios indígenas que dariam origem ao futuro estado do Acre, Brasil, entre 1869 e 1955. Os vales dos rios Juruá, Tarauacá-Envira e Purus são os cenários enfocados, onde seus povos originários serão investigados para entender como lidaram com os problemas dessa reocupação, a saber as correrias, as reduções catequéticas e as doenças estranhas ao seu meio ambiente. As fontes primárias levantadas são oriundas dos jornais de época, relatórios governamentais e pesquisas contemporâneas ao período abordado. Secundariamente, bibliografias especializadas são trazidas para a análise. O resultado é uma narrativa analítica que procura sistematizar os problemas enfrentados pelos indígenas, sobretudo com o avanço dos seringais em suas terras.

PALAVRAS-CHAVE: Povos originários; Acre; seringais.

'IT'S NOT EVEN GOOD TO TALK ABOUT IT':

RAIDS, REDUCTIONS AND CATARRH IN THE REOCCUPATION OF INDIGENOUS TERRITORIES IN ACRE (1869 TO 1955)

ABSTRACT: This article is an investigation that addresses the reoccupation of indigenous territories that would give rise to the future state of Acre, Brasil, between 1869 and 1955. The valleys of the Juruá, Tarauacá-Envira and Purus rivers are the focused scenarios, where their original people will be investigated to find out how they dealt with the problems of this reoccupation namely the running around, the catechetical reductions and the diseases foreign to their environment. The primary sources raised come from newspapers of the time, government reports and contemporary research of the period covered. Secondarily, specialized bibliographies are brought to the analysis. The result is an analytical narrative that seeks to systematize the problems faced by the indigenous people, especially with the advance of rubber plantations in their lands.

KEYWORDS: Indigenous people; Acre; rubber plantations.

Recebido em: 15/03/2023

Aprovado em: 25/05/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p366-394>



Introdução

A reocupação dos vales do Purus, Envira, Tarauacá, Juruá e demais rios que dariam origem ao estado brasileiro do Acre por habitantes não indígenas entre 1860 e 1940 foi, em um sentido mais profundo, uma invasão de terras das populações originárias ali viventes, que chegaram séculos, milênios antes, e tiveram de suportar políticas de ação cujo objetivo visava seu extermínio total ou a subjulgação. Esses objetivos não foram completamente executados, porque teve que ser confrontado com a teimosa e persistente resistência dos povos originários.

Essa invasão, contudo, se operou em vários campos foi sendo modificada ao longo do tempo: a carnificina das correrias foi gradativamente substituída pela catequização, que manteve alguns assassinatos seletivos e forçou a incorporação de Jaminawas, Kulinas e outros basicamente como trabalhadores cativos. Concomitante às correrias e reduções, as doenças exógenas, sobretudo aquelas do trato respiratório, foram sendo, em muitos casos, deliberadamente introduzidas e esses fatores somados dizimaram povos inteiros que sequer chegamos a conhecê-los.

Atualmente pode-se visualizar *in loco* esse extermínio em um passeio com mais de 550 quilômetros ao longo do rio Acre entre as cidades de Assis Brasil e Boca do Acre, já no Amazonas. Ao longo desse percurso não existe uma aldeia sequer, mas no hoje longínquo 1866 o geógrafo inglês Willian Chandless mapeou esse mesmo percurso e anotou que ambas as margens do rio eram completamente habitadas por tribos Hypurinás e Capéchenes. Por todo o vale do Purus e seus afluentes copiou inúmeras regiões densamente povoadas e o único lugar desabitado que viu, lhe causou tamanha estranheza que fez o registro cartográfico de 'sem vestígios de índios aqui' e esse trecho ficava na embocadura do rio que chamou de Manoel Urbano¹. Nota-se que nos mapas de Chandless, os territórios desses povos sobrepunham-se, não apresentando fronteiras fixas (Chandless, 1866, p. 88 e pp. 120-123).

As correrias perpetradas nessa vasta extensão amazônica certamente causaram a extinção dos Capéchenes, porque deles não existem muitos

¹ Traduzi livremente a anotação do geógrafo, que no original é: No traces indians here.

dados além de alguns poucos relatos,² enquanto os Hypurinás, ou Apurinãs, viveram até a década de 1950 em uma área restrita às margens do Acre e mudaram-se nos anos seguintes para as proximidades da Br 317 (Terra Indígena Apurinã, 2022; Cedi, 2022). Somente vários quilômetros subindo o rio Acre, acima da cidade de Assis Brasil, é que vão existir outras duas comunidades, a dos povos Jaminawa e Manu (CPI, 2022). Nessa região também viviam os Katianas e segundo o levantamento de Jaime Manchineri, seu povo tinha contato com essa tribo em tempos antigos, percorrendo varadouros por quatro ou cinco dias de caminhada entre o Iaco e o Acre. Eles falavam línguas diferentes, mas os Katianas já tinham sofrido muitas correrias e conheciam o terçado, machados e até cachorros (Manchineri, 1996, p. 33).

Por volta de 1951, no seringal Natal, na foz do rio Iaco, uma senhora idosa Katiana foi encontrada. Na época estava casada com um seringueiro e eventualmente confeccionava alguns trançados em tecidos, que os vendia (Schultz; Chiara, 1955, p. 183). José Severino da Silva, um antigo Manchineri, contou em 2010 que conheceu um Katiana, que vivia no seringal Icuriã. Lembrou que esses povos viviam com os Jiwutane, que também já não existem mais (Manchineri; Moraes, 2011, p. 225). Possivelmente esse último personagem seja filho da senhora Katiana, porque o Icuriã fica justamente em terras que ligam os rios Acre e Iaco.

Esse vasto território vazio permite buscarmos essas inferências sobre as correrias no vale do Acre e a matança em todo o percurso desse rio. Quanto as fontes escritas, a única menção que encontramos sobre correrias nesse cenário flagra justamente o processo de esvaziamento desse território na cidade de Xapuri em 1896. Ela havia sido aberta pelo seringalista José Felipe, que vendeu uma gleba para o primeiro morador do arruado, Manoel Raimundo. Felipe negociou todas as suas propriedades em 1892 para João Damasceno Girão e, após, passou a se embriagar a tal ponto que faleceu em pouco tempo.

Em alguns anos Girão atraiu comerciantes e outros seringalistas para a cidade, o que causou confronto com as tribos indígenas que viviam pelos

² Na capital do Acre, Rio Branco, pude conversar com um idoso, para uma outra pesquisa, que informou existir até a década de 1910 uma família de índios Campeches nos limites do atual bairro Taquari. Me disse ainda que essa tribo foi dizimada pelas correrias. Chama atenção que esse nome Campeche tem sonoridade parecida com os Capéchenes, que Chandless afirma ter conhecido.

arredores. Ao que tudo indica resistiram a essa invasão e 'em 1896, os índios fizeram diversas correrias no Alto Acre, atacando as barracas dos seringueiros e assassinando diversos'. Girão logo arregimentou os seringueiros Alfredo Pires, Jonas Mendes e Manoel Alves para residirem nas suas terras e reforçarem a luta contra as tribos. Esse quadro foi descrito por Gentil Norberto em suas *Chronicas do Acre*, publicadas em 1911. É possível que em 1900 os índios sequer residissem nas proximidades de Xapuri, porque o próprio Norberto visitou o lugar, descreveu como crescia e os feitos realizados pelos herdeiros de Girão e não cita nada mais sobre as correrias ou alguma reverberação das que ocorreram quatro anos antes (Norberto, 1911, pp. 02-03).

Quando as correrias promovendo a invasão de territórios originários começaram? A resposta pode ser recuada até muitos séculos atrás, mas nos limitaremos aqui a primeira menção ao termo encontrada em um documento para essa pesquisa e circunscrita ao espaço estudado, os vales dos rios que formariam o futuro estado brasileiro do Acre. Assim, em 14 de dezembro de 1869 encontramos uma expedição saindo de Manaus e que rumava para o Purus. Comandada pelo subdelegado Manoel Francisco da Rocha, seguiam no vapor Pará e pretendiam dar uma correria contra os índios Jumas. As autoridades procuravam, portanto, 'reestabelecer a confiança e a tranquilidade, profundamente abaladas entre os habitantes do alto-Purus, que se achavam aterrorizados com os actos de barbaridade, perpetrados no dia 09 de setembro próximo passado' (Gazetilha, 1869, p. 01).

A missão procurava, também, duas cabeças de comerciantes assassinados pelos indígenas e que teriam sido exibidas nos povoados atacados. Arregimentando, para além dos soldados, moradores locais, Manoel Francisco adentrou em matas nunca antes alcançadas por cristãos, atacando sistematicamente por dias seguidos os Jumas sobreviventes. Após os combates, encontraram apenas uma aldeia completamente desabitada, onde acharam as cabeças almejadas. No retorno a Manaus, o subdelegado foi recebido no palácio do governo, onde descreveu suas ações tanto para o presidente da província quanto para o cônsul de Portugal, que dava assistência aos comerciantes de seu país estabelecidos no Purus (Gazetilha, 1869, p. 01).

Poucos dias depois, os comerciantes de Belém, Augusto Eduardo e João Gualberto, presidente e secretário respectivamente da Comissão de

Comércio do Pará, congratularam o subdelegado por suas ações. Em resposta, Manoel Francisco da Rocha se dizia feliz pelas comunicações, lembrando que era ele também um paraense e que se comprometia em fazer mais correrias contra os ferozes Jumas. Dizia não 'ser insensível a tão grave acontecimento, que roubando vidas, lançaria o desanimo e o terror no seio de uma população laboriosa'. Conclui sua resposta lembrando que continuava 'nessa senda, tendo a profunda consciência de que nada mais faço do que cumprir um dever comum a todos os delegados do Governo Imperial' (Ofícios, 1869, p. 03).

Não é possível seguir adiante antes de um registro mais contemporâneo, tendo em vista que esse texto tem algum vai e vem no tempo, já que os contextos aqui narrados continuam a existir. Os Juma não tiveram sossego após 1869, passando por várias correrias no século seguinte até que, em 1964, experimentaram aquela que talvez tenha os sepultado de vez. Residindo no afluente do Purus, o igarapé Veado, em uma noite de abril daquele ano a tribo foi acordada pelos tiros disparados por um grupo de doze homens. Cerca de 40 pessoas foram mortas, sendo que a última pessoa assassinada naquele dia foi 'uma moça bonita, que mordeu seu atacante antes que ele pudesse dar-lhe um tiro' (Kroemer, 1978, p. 08).

O grupo era comandado pelo comerciante Orlando França e contou com o apoio do então prefeito de Tapauá, Daniel Albuquerque, ambos temidos em todo o vale. O prefeito, para escapar de possíveis denúncias posteriores, ajudou o missionário evangélico Gilberto Piekering, dias depois, a sobrevoar a maloca atacada. Piekering formulou um informe para a Fundação Nacional do Índio, FUNAI, sobre o caso e os Juma sobreviventes, oito no total, se refugiaram nas matas e só foram novamente contatados dez anos depois (Denúncia, 1979, p. 03). A saga dos sobreviventes seguiu e em 2021, Aruká, último líder, faleceu de complicações da Covid-19. Deixou três filhas, herdeiras de um povo que chegou a ter aproximadamente 15.000 membros no século XVIII. Quando de seu falecimento, especula-se que a liderança tinha entre 86 e 90 anos de idade e era consenso de que com ele se foi, também, as memórias sobre os modos artesanais dos Juma (Gortázar, 2021).

Oficialmente, as correrias visavam reprimir os rebeldes indígenas, mas essas trajetórias, sobretudo a dos Juma, nos acenam para um outro sentido, o de extermínio com vistas ao despovoamento massivo de porções de terras na Amazônia. Um depoimento único na documentação levantada aborda essa

questão sem qualquer rodeio e trata-se de uma entrevista concedida em 1915 pelo seringalista José Xavier Maia, proprietário do seringal Transwaal, no rio Jordão, afluente do Tarauacá.

Perguntado se havia muitos índios nas proximidades de sua propriedade, afirmou que sim e eram bravios, indomesticados, 'deixando o morticínio por onde passam'. Conta que os selvagens saqueiam seringalistas e seringueiros, que 'são ordinariamente pacatos e não os têm perseguido', roubando até mesmo rifles das propriedades. A narrativa dos coitados empreendedores contra os selvagens indômitos que os atacam segue quando o repórter pergunta se os índios 'mataram alguém?', ao que responde que 'nem é bom falar nisso', porque

Esse é o estado daquellas paragens tão ricas. Se não forem tomadas providências enérgicas, os rios ficarão desabitados e, o que é mais triste, ainda desaparecerão do mercado trezentas toneladas de borracha. Ficarão tudo abandonado, pairando nas terras firmes e igarapés o abandono triste, pois os civilizados não poderão continuar nesse estado (Maia 1915a, p. 03).

A solução? Segundo Maia, portanto, era colocar em prática uma série de correrias, expulsando os índios para terras devolutas em direção ao Peru, redutos sem qualquer seringal e desocupar as propriedades dos índios selvagens. Essa desocupação, leia-se, era o extermínio dos sobreviventes e as correrias, em associação com as reduções e demais violações pelo Brasil afora, foram responsáveis pela quase extinção dos povos originários ao longo da primeira metade do século XX:

Ano	Pop. Total	% pop total
1500	3.000.000	100,00
1570	1.200.000	95,00
1650	700.000	73,00
1825	360.000	9,00
1940	200.000	0,40
1950	150.000	0,37
1957	70.000	0,10
1980	210.000	0,19
1995	330.000	0,20

Fonte: Quem são? Fundação Nacional do Índio. Disponível em: www.gov.br/funai/pt-

As correrias e seus correlatos, a catequização e os catarrões, foram o ápice de 500 anos de invasões, saques e extermínio. A gravidade do problema é tão presente, que a historiografia deveria se aprofundar ainda mais em suas pesquisas para responder uma questão: por que na primeira metade do século XX os povos originários quase foram extintos? Eis um dilema. O campo historiográfico deve pensar as temporalidades dessa reocupação, porque ultimamente quem lida com ela preferencialmente é a Antropologia, como indicam os trabalhos de Marcelo Piedrafita por exemplo (Iglesias, 2008). Internacionalmente, os sanguinários embates para com os indígenas do Putumayo, no Peru, são mais conhecidos e nominados como se deve pela historiografia (Ernest, 2021; Silva, 2020; Thomson, 2019), enquanto o acreano não. Isso ocorre em grande medida porque toda uma geração de historiadores lidou com a questão de maneira marginal. Craveiro Costa, Soares Bulcão, José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, Arthur Cezar Ferreira Reis e outros conheciam muito dos fazeres culturais dos povos originários, mas os viam como irrelevantes, atrasos ao desenvolvimento da borracha ou selvagens. Abguar Bastos sintetiza bem o que eles todos pensavam sobre os indígenas ao sugerir que a trajetória deles nunca passaria 'dum aborto da civilização' (Bastos, 1940, p. 35). Assim, o pretexto desse texto é justamente tentar contribuir para que a historiografia possa lidar com as trajetórias dos povos originários, trazendo à baila um tema persistentemente negligenciado.

Das correrias, do catecismo e abusos sexuais

As correrias foram experiências de violência direta, obtusa e que, com o decorrer do século XX, foram sendo substituídas pelo catecismo de amansamento. A substituição na nomenclatura, obviamente, só veio para encobrir essa prática de extermínio tão característica desse reordenamento territorial, porque a mortandade deu lugar ao cativo, o escravismo deliberado. Dos povos que residem no Acre, aqueles que possuem uma memória de longo prazo sobre as invasões em suas terras são os Manchineris.

Até o século XVI, esse grupo vivia no rio Apurimac, hoje Peru. Descendo do altiplano nos arredores de Cusco, provavelmente residiam próximo ao sopé das montanhas e certamente conheceram o combate de Cajamarca e alhures, quando

Cento e oitenta espanhóis se preparavam para enfrentar um exército de vários milhares de índios. Contavam para isso com a enorme superioridade que lhes davam as armas de fogo, que os índios desconheciam. Tinham, ademais, a seu favor as espadas, lanças e armas defensivas como escudos, armaduras, carroças, etc, que o conhecimento do ferro lhes permitia usar. Finalmente, contavam com o auxílio do cavalo, animal que serve para dar combate com uma grande mobilidade. Um espanhol montado a cavalo e armado com lanças e arcabuzes era uma verdadeira fortaleza andante frente a um grupo de índios armados de pedras, fundas, flechas e bastões (Muzzo, 1953, pp. 71-72).

Os ataques hispânicos ficaram marcados na memória Manchineri, porque um grupo de professores do povo escreveu recentemente que eles sofreram massacres no Apurimac com armas de fogo. Os arcabuzes e seus tiros ficaram tão impregnados, que séculos depois ainda são lembrados pelos anciãos. Do Apurimac começaram 'a descer o rio até que encontrarem um lugar que lhes agradou e lá começaram a povoar novamente'. Tinham chegado no vale do Purus, entre o Peru e as terras que dariam origem ao estado brasileiro do Acre. Anos, décadas e mesmo séculos se passaram até que os Manchineri,

um dia de manhã ouviram um grande estrondo, barulho que o povo nunca tinha ouvido, era um barco que estava subindo pelo rio acima. Quando veio, era uma coisa muito estranha, aí começaram novamente a fugir pela mata para não serem atacados como aconteceu anteriormente (CPI, 2010, p. 34).

As histórias antigas foram lembradas de imediato e o som do navio a vapor espantou os Manchineris naquele momento, mas com os sucessivos contatos alguns deles acabaram indo morar com os seringalistas no rio Iaco e outros não, ficando no 'rio antigo' e dividindo o povo. Esses não aceitaram o trabalho nos seringais e passaram a conviver com ataques constantes como o que ocorreu certa manhã no início do século XX. Naqueles dias, dois irmãos guerreiros voltavam para a aldeia e viram 'sangue, corpos dos pais e mais

nada. Foi uma tristeza muito grande. Tinham corpos dos homens, menos de mulher’.

Andando pelos rios de sangue no chão, encontraram crianças mortas e decidiram se vingar. Seguiram no rastro dos atacantes até que, na manhã seguinte, encontraram seus algozes, que diziam às mulheres capturadas que ‘aqueles maridos que vocês tinham eram vagabundos! Agora vocês vão ter maridos bons, caçadores e guerreiros!’. Os dois os vigiavam ao longe e num momento propício atacaram, matando todos os captores e com as mulheres sobreviventes desceram o rio, indo morar em outra aldeia (CPI, 2010, pp. 43-44).

Os depoimentos dos Manchineris foram recolhidos em um livro da Comissão Pró-Índio, CPI, e dão conta de um processo de perseguição nos tempos iniciais do Vice Reinado do Peru, passando por uma migração e assentamento no Purus, que foi seguido de um período de paz. A invasão recomeça no início do século XX, com navios a vapor, onde um grupo foi reduzido, catequizado e passou a trabalhar nos seringais e outro, continuou com a vida tradicional, mas sofrendo com as correrias.

O assassinio massivo das correrias foi duramente vivido por outro povo, os Kulinas, que possuem um relato dolorosamente épico sobre sua rendição aos seringalistas. Ele foi grafado em 1977 por agentes da FUNAI, que ouviram o líder Tamimpe Imehi Huiniha Dsomaji em uma das duas aldeias habitadas então por apenas 40 indivíduos da tribo. Dsomaji disse que seu avô, o lendário Tamimpe Imehi Jossama Dsomaji Madihá, guiava seu povo quando próximo de 1880 souberam da instalação do seringal California, aberto na época pela firma Prado & Azevedo no Envira. Dali em diante mais de 45 anos de uma guerra aberta foi travada contra os Kulinas com sucessivas correrias, que tiveram seu ápice em 1926.

Naquele ano o seringalista Raimundo Prado Azevedo liderou uma emboscada no lugar Buriti, onde tantos índios foram mortos que o rio ficou todo coalhado de sangue. Após cinco gerações vivendo naquelas paragens, Jossama ‘cansado de ser perseguido pelas balas de rifles dos nordestinos do seringal, desceu o Envira com seu grupo e rendeu-se’. O Buriti se tornou uma espécie de patrimônio dos Kulinas, porque muitos foram enterrados ali (FUNAI, 1999, p. 04).

Historicamente é possível imaginarmos o raciocínio de desespero do Tamimpe Imehi Jossama: a resistência pela guerra aberta levaria seu povo ao extermínio, o que ficou certamente marcado em sua decisão ao ver todo um rio amazônico tingido de sangue, então o caminho seria levar os sobreviventes para uma redução ao trabalho no seringal. Mesmo submetendo-se, os Kulinas não deixaram de ser atacados. Em 1930, o Delegado do Serviço de Proteção ao Índio, SPI, Alfredo José da Silva, conta que foi realizar uma inspeção no rio Eiru com o Delegado Auxiliar, João Conrado, que era proprietário de todo aquele curso navegável.

Lá, Alfredo José anotou que os Kulina trabalhavam para Conrado e que, entre 1929 e 1930, nasceram 28 crianças. A tribo contava ao todo com 187 pessoas e ainda assim, diante da 'actividade e vigilância' do Delegado Auxiliar, os Kulinas continuam sendo atacados, como aconteceu dias antes de sua visita. Três homens vindos de Tarauacá conduziram três índios a força para fora das terras do seringal e

Não menos detestável, ocorreu em um agrupamento de tapirys de Curinas que em uma das suas periódicas pescarias em um igarapé afluente do Tarauacá, se viram ameaçados por numeroso bando armado de um dos seringais dali, a abandonar seus acampamentos que foram encendiados e destroidos, um aviamento e mais petrechos que possuíam para beneficiamento de suas plantações e roças (Silva, 1930, p. 05).

O delegado solicitava aos seus superiores que mais um posto indígena fosse instalado nas imediações, porque esses conflitos seriam mitigados. Mesmo entregues ao processo civilizatório, os Kulinas passavam ainda por sucessivas correrias e uma questão emerge. Quando o grupo se submeteu, suas resistências foram ainda mais aplainadas, porque reagiam aos ataques simplesmente largando os produtos dos seus trabalhos. Certamente essa resistência pacífica era encarada como uma oportunidade pelos atacantes, que incendiavam o que encontravam abandonado.

A resistência pacífica, porém, não foi o único viés adotado pelos povos originários. Eles atacaram de volta os seringais em muitas ocasiões, como ocorreu em 1906 no alto rio Liberdade, quando os Copanawas apareceram ali e negociaram a compra de armas com Rufino Rodrigues, Antônio Martins e Mariano Mascarenhas, que eram rendeiros do seringalista Felipe Cunha. De

posse do armamento, atacaram diversas colocações de seringueiros, que ao se prepararem para revidar, souberam que eles tinham sumido da região. Os Copanawas estavam em largas andanças, pois vinham percorrendo os cursos navegáveis desde a margem direita do Solimões (Notas, 1906, p. 02).

Esse povo certamente vinha fugindo de outras correrias e resolveram partir para ataques pontuais, que eram seguidos por rápidas fugas pela mata adentro. As notícias sobre essa maneira de resistir dos índios são escassas, mas avolumam-se de maneira consistente em 1913. Após uma série de ataques de populações que residiam nos rios Gregório, Liberdade, Eiru, Envira e Tarauacá, Delfim Freire entendia que essas ações decorriam devido as represálias de anos seguidos em que os índios passavam pela

Prostituição quasi sempre violenta das mulheres indígenas, os numerosos roubos de creanças (não falo aqui nas chamadas 'compras', ainda infelizmente muito vulgares, e nas quaes o silvícola ignorante consente na troca de creanças da mesma tribu ou de outras por vários objectos), os furtos effectuados nos roçados vegetaes que constituem a parte principal de sua alimentação, as explorações de que são continuamente victimas e a existência, entre eles, de civilizados dotados de vis sentimentos que os instigam a praticarem o mal e contra os quaes todo o rigor da justiça será pequeno (Freire, 1913, p. 03).

Segue dizendo que deplorava profundamente as reações das 'feras vindictas', que buscavam vinganças contra os indígenas. Com a soma delas, as correrias voltariam a ficar tão em voga, que se tornariam a marca registrada do Acre. Freire insiste que as reações dos povos tradicionais só ocorrem porque entre os revoltosos residem elementos civilizados, que os armam e introduzem ali ideias belicosas que não condizem com suas sociedades. Mesmo sendo essa uma interpretação que lembra a lógica do bom selvagem, é preciso reconhecer o papel desse pensador em plena sociedade acreana naquele início do século XX, ao denunciar os abusos contra os índios e sugerir uma pacificação sem mais conflitos físicos.

Ainda assim, é possível vermos que os indígenas se aproveitavam das rugas entre os brancos, comprando armas e se informando com dissidentes. Um dos relatos daquele ano se deu no seringal Transwal, nas margens do Breu. Na sede da propriedade, ao cair de certa noite, os moradores foram assustados com os primeiros disparos. O mateiro e um outro empregado não tiveram tempo de reagir, mas conseguiram fugir, enquanto o seringueiro Luiz

Marcellino Lopes foi morto com seis tiros e duas flechadas. Assim como essa propriedade, o seringal vizinho, Minas Gerais, foi atacado várias vezes e naquele ano a produção de borracha seria quase nula (Os Índios, 1913, p. 02).

Até mesmo tribos inteiras que tinham sido pacificadas adentraram na rebelião, isso porque no alto Tarauacá, Tejo e Jordão eles invadiram seringais, incendiavam barracões e saqueavam mantimentos diversos, 'locupletando-se, insufladores e mandatários, com produto da pilhagem, assim tão ferozmente exercida' (Os Índios, 1913a, p. 02). Naquele fogo cruzado, o seringalista e catequizador de índios, Ângelo Ferreira, tentou abordar os índios civilizados, mas foi morto em uma das tentativas, como foi noticiado por um telégrafo ao jornal *O Município*:

Cumpre-me levar vosso conhecimento penso breve chegar ao Gregório, Tarauacá, Acuraua, Caipora e Breu em desempenho missão pacífica índios incivilizados, apesar índios Breu mostrarem-se hostis e actores, alli constando haverem foragidos 2 pseudos civilizados para entre mesmos. Aproveitando ocasião, hoje, 1 Julho, data morte operoso e distimido catechista coronel Angelo Ferreira, que tantos benefícios tranquilidade prestous Departamento Juruá, Tarauacá aborígenes e civilizados movidos pelo nobregado e apresento Município sentidas e pesarosas condolências em data nefasta (Telegrama, 1913, p. 01).

Apesar da escrita truncada, o texto é pleno de sentido ao demonstrar o fracasso da missão que levou a morte de Ferreira. É possível que tenha percorrido grandes distancias procurando dar fim aos movimentos revoltosos com correrias, mas faltam dados para sairmos da suposição. Nota-se, contudo, que aqui não temos a morte de um trabalhador menos graduado e que nunca são nominados, mas de um seringalista, autointitulado coronel e catequizador de índios. As correrias posteriores devem ter sido ferozes, porque as represálias indígenas vão quase que sumindo dos relatos.

Em 1915 houve um ataque isolado ao seringal de Othilio d'Oliveira e outro no de José Xavier Maia, onde sete pessoas foram mortas com bordunadas (Maia, 1915, p. 01). Dezenove anos depois, 1934, o seringalista Prado Azevedo enviou um telegrama ao jornal *O Acre* informando que teve de se defender, forçadamente após ataques sofridos por índios em suas propriedades entre os rios Tarauacá e Envira (Telegramas, 1934, p. 02). Raimundo Prado Azevedo havia quase que exterminado os Kulinas em 1926 e

é difícil que fossem os sobreviventes que atacaram suas propriedades em 1934, mas ele assume que praticou uma correria de volta. Em 1955 encontramos mais uma, quando a tribo que vive no Peru, os Amauacas, ingressaram nos altos Tarauacá e Envira, fazendo uma série de ataques, em especial na colocação Cipó, onde mataram duas mulheres (Os Índios, 1955, p. 03).

O último massacre que encontramos tem proporções desumanas imensuráveis e se deu em agosto de 1964, quando 40 pessoas da tribo Jamamadi foram exterminadas na região do igarapé Preto, no rio Pauini. Apesar deste último se situar fora do Acre nesse ano, não podemos esquecer que tanto esse povo quanto o Pauini fazem parte da formação acreana e estão situados no vale do Purus. No final daquele ano o Ministério da Agricultura fez um levantamento censitário das aldeias do sul do Amazonas e o funcionário responsável verificou, no local do massacre, o assassinato dessas pessoas, onde 'conseguiu uma lista de palavras e informações acerca dos recentes massacres'.

Apesar de possuir esses informes, não colocou um dado sequer apontando os responsáveis em seu relatório, limitando-se a escrever que havia sobreviventes dispersos (MA, 1964, p. 11). Mais vago ainda são os registros da FUNAI que informa em um documento que o posto do SPI responsável pelo Pauini, o Manauacá, foi abandonado em 1945 e que 'por volta de 1955 muitos haviam morrido por doenças do contato. Em 1964 há o registro do massacre de uns 40 Jamamadis no rio Pauini' (FUNAI, 1987, p. 03).

Se o ocaso das correrias começa por volta de 1915, seguindo um declínio nas décadas seguintes, as reduções civilizatórias com catequizadores, que ocorriam concomitantemente a elas, vão se tornando a única forma de domínio que se divulga sobre os índios – sim, é possível que mais correrias tenham ocorrido, mas provavelmente sequer apareciam em alguma fonte. As reduções catequéticas, contudo, tinham uma característica: nelas os índios eram usados como mão de obra escravizada. Agrupados em locais determinados pelos seringalistas, passavam a receber os ofícios cristãos e trabalhavam no plantio, roças diversas e criação de animais. Os Kaxararis guardam na memória as reduções como o tempo do cativo, como conta a liderança Artur César:

Depois que acabou as correrias, nós encontramos o patrão Matias Quaresma. Com Matias não tinha quem mexesse com nós. Nós fomos trabalhar pra ele. Foi ele que acabou de amansar a gente, os mais novo né. Os mais velho morreram tudo na bala mesmo. Ele amansou nós pra botar no cativoiro (FUNAI, 1991, Seção I).

No início do século XX, viviam nos baixos rios Curuqueté e Ituxi, mas as constantes correrias os fizeram sair dali e partirem para as cabeceiras deste último, onde aceitaram a redução do seringalista Matias Quaresma por volta da década de 1950. Quaresma reuniu comunidades outrora dispersas em uma região próxima, amansando-os e, sobretudo, usando da catequese católica. Esse amansamento garantiu uma série de trabalhadores para ele, ou seja, naqueles anos já se tinham passado mais de 60 anos da publicação da Lei Áurea, mas os Kaxararis estavam ainda sob o escravismo. Mas em algum momento Matias Quaresma se foi, a BR 364 foi sendo aberta na metade da década de 1960 e os marreteiros tomaram de conta do comércio com os Kaxararis remanescentes que foram se aproximando da estrada. Somente em 1977 é que a FUNAI abre uma Ajudância em Rio Branco, identificando posteriormente algumas fronteiras das terras daquele povo (FUNAI, 1991, Seção I).

Outro povo que rememora as reduções como um tempo de cativoiro são os Kaxinawás, quando viveram uma época de pesada exploração. Até 1918, resistiram o quanto puderam às correrias, mas a acelerada redução de sua população fez com que se assentassem nas regiões entre os rios Jordão e Tarauacá. Os líderes do povo prestaram informações a FUNAI em 1977, deixando evidente o termo para se referir aos anos de trabalho como seringueiros. Naquele ano, contudo, um povo milenar, antes numeroso, contava com apenas 375 membros e segundo os funcionários do referido órgão público nem mesmo eram tratados como índios pelos seus vizinhos, mas como 'caboclos' de tão arraigados estavam ao fabrico nos seringais (FUNAI, 1998, p. 16).

Dos catequizadores, o mais rico de todos certamente foi o coronel Mâncio Lima Cordeiro, que por volta de 1910 abriu mil hectares de pasto para instalar uma pioneira fazenda de gado nas proximidades de Cruzeiro do Sul, no rio Juruá. Ali criava bovinos, suínos, caprinos, galináceos e tinha diversas plantações. Acontece, porém, que toda a produção era efetivada por mais de 100 índios civilizados, que ele os tinha catequizado e reduzido. Havia passado

12 anos fazendo esse trabalho de catecismo junto aos Poianawas e em 1914 esperava aumentar em 30 indivíduos os reduzidos, pois estava então preparando para os trazerem dos rios onde viviam. O trabalho era pesado, porque o documento registra que existia na fazenda uma enfermaria com sete índios acometidos por feridas de Leishmaniose, doença completamente exótica aos Poianawás e transmitida por mosquitos a partir de cachorros e cavalos.³ O visitante do empreendimento diz que viu ‘chagas horrendas, de muitos anos, inteiramente cicatrizadas’ após a intervenção do médico Vitorino Assunção, que tinha sido levado pelo coronel (Fazenda Barão Do Rio Branco, 1914, p. 02).

Esse era um empreendimento único em meio a tantos seringais, garantindo a Mâncio Lima e seus herdeiros lugar de destaque na elite acreana. Pelo que está dito nas entrelinhas os indígenas eram obrigados a trabalhar para pagar pelo serviço de catequização e redução e as condições eram severamente precárias, tanto é que o trato para com animais doentes provocava feridas abertas de anos seguidos.

Não é de espantar que os povos originários descrevam as reduções como o tempo dos cativeiros e, o que é digno de nota, até mesmo os funcionários ministeriais registram a brutalidade dos seringalistas que reduziavam os indígenas. Os Jamamadis residentes no seringal Novo Laranjal, de Sena Madureira, foram visitados por um recenseador e ele registrou que o proprietário, “Josias, não trata bem aos índios. Ele engana muita gente. Os índios são extratores de caucho e o pagamento deles é por meio de diárias. Dizem que o Josias manda, os índios fazem”.

Desde o fim oficial da escravatura, o Brasil adota o termo trabalho análogo a escravidão para se referir a cativeiros de trabalhadores. Isso porque existe alguma forma de pagamento, o que não caracteriza diretamente o escravismo. Esse é um argumento falho, porque a presença de certos tipos de pagamento sempre existiu nas mais variadas sociedades escravistas. No caso dos Jamamadis, esse não era efetuado em dinheiro, mas em produtos, sobretudo cortantes, ou insumos para as suas roças. Os membros desse grupo que viviam na aldeia São Francisco,

³ Consultamos o verbete Leishmaniose. Disponível em: bvms.saude.gov.br/leishmaniose. Acesso em: 02/03/2023.

Recebem visitas de civilizados e infelizmente há três donos ou patrões que tratam com eles. São talvez os índios mais explorados que o recenseador conhece. Os donos são brasileiros que pensam que o índio é semovente, que podem ser comprados juntamente com as terras. Os donos são originários do Bom Futuro e Jurucuá, no rio Purus, e do rio Tapauá e suas atividades giram em torno da extração do látex e da coleta da castanha (MA, 1964, p. 15).

Nota-se que os seringalistas compravam os seringais e se haviam indígenas morando ali, eles eram considerados parte de suas propriedades e deveriam fornecer seu trabalho como uma obrigação. Os mesmos patrões, no igarapé Apetuã, porém, pagavam os índios extratores com um único produto, cachaça (MA, 1964, p. 18). O uso de entorpecentes para alienar os índios aos vícios de uma droga forasteira, mas largamente utilizada, parece que acentuava o caráter escravocrata nesse cenário.

O amansamento era violação das identidades, onde os grupos perdiam, com o passar dos anos, muitos de seus elementos culturais em meio a esse processo civilizador. Por fim, resta uma ou outra palavra sobre como parte desse contexto atingiu as mulheres e crianças indígenas. Para tanto, recorreremos a uma carta do juiz Gustavo Farnese datada de 23 de julho de 1907, endereçada ao presidente Afonso Pena. Trata-se de um relatório informal de sua atuação na comarca de Cruzeiro do Sul, cidade do recém incorporado território do Acre.

A missiva tem um tom de bajulação, mas contém informações sobre como algumas crianças indígenas órfãs eram tratadas após as correrias. Farnese relatava ao presidente que os pais e mães dos órfãos eram mortos ou escravizados de forma tão constante, que esses fatos são 'contados frequentemente aqui', Cruzeiro do Sul. O orfanato da cidade os abrigava, mas acontece que os funcionários ali não os tratavam 'com carinho e conseqüente amor' e Farnese acabou deliberando que o Dr. Bueno assumisse a instituição e os encaminhasse para as oficinas, onde iriam adquirir uma profissão e distração (Farnese, 1907, p. 04).

Políticas paternalistas, pontuais e propagandísticas devem ter se repetido pelas amazônias, utilizando índios amansados, tal como fez Farnese ao se autopromover junto ao presidente. Há, também, o componente de integração através da educação forçada ao trabalho, que permanecem muito

atuais, como bem deixam claras as palavras de um dado ex-presidente⁴. Mas as crianças sobreviventes das correrias não eram submetidas ao processo civilizatório apenas por esse caminho, isso porque as meninas passavam por uma série de abusos, sendo literalmente transformadas em escravas sexuais, como bem relata o correspondente do jornal *O Município* em 1914.

Descrevendo uma viagem que fez ao rio Envira, diz que parou num barracão de um comerciante onde encontrou seis índias sendo que cada uma ocupava sua posição: lavadeira, copeira, cozinheira e uma ama seca. Esse último ofício lhe levantou suspeita e, indagando um dos homens ali, soube que as outras duas moravam em uma casa separada, daí, 'e como perguntasse a razão de tal facto, me respondeu com um certo riso, que sua mulher não era ciumenta...'. Seguiu sua viagem imaginando que aquela situação despertasse algum estranhamento, mas não, pois todos os que 'alli vivem parecem não mais dar fé destes factos'. A ama seca se transformaria em ama de leite logo que algumas das outras duas engravidasse. O viajante seguiu e, dias depois,

Vi num logar, duas irmãs, índias, já se sabe que deviam ter uma 9 e a outra 8 annos de idade, morando as duas com rapazes solteiros, cada qual em sua barraca, e como os interrogasse se elas eram suas filhas, me disseram que como tal estavam dispostos a protege-las e ampara-las... Fui passando um véu sobre estes tristes factos e conduzi-me até outro logar (Correspondente, 1914, p. 06).

O missivista faz uma crítica aos costumes dos seringalistas e seringueiros que, após as correrias onde matavam os homens, levavam as mulheres para seus barracões e barracas. Umas eram usadas como escravas no trabalho doméstico, outras, numa espécie de prostíbulo e, por fim, as meninas crianças na pré-adolescência, estavam sob proteção e amparo de homens adultos. As reticências, na reportagem original, dão um tom ainda maior a crítica e tais costumes lhe pareciam tão bizarros, que teve de literalmente colocar um véu em seus olhos e seguir adiante. Aliás, não eram bizarros somente na época, mas o são hoje ainda.

Apesar das críticas aos abusos cometidos contra os povos originários serem raras nos documentos de época, ao que tudo indica os casos

⁴ Frase extraída de um discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cW-ZLZcUbTc>. Acesso em: 27/02/2023.

envolvendo violações sexuais contra índias menores de idade causava certo espanto. Um relatório do Delegado Auxiliar de Tarauacá, Fernando Guapindaia, denunciava ao governo federal as práticas ilegais cometidas pelo padre Fernandes Távora daquela cidade em 1906. Diz o delegado que ‘a maior parte da população tarauacaense tem o ‘máu vezo de fazer caçadas periódicas aos índios’ e nelas os escravizam. Diz que alguns ‘amaziam-se com as índias e chegam ao requinte sensual de ciar as menores com igual intuito’ e, logo que são capturadas, o referido padre faz o casamento.

Guapindaia lembra em seu relatório que em face das leis da República, tanto o casamento quanto a mancebia com essas menores é completamente ilegal e lembra que os índios, no período em que esteve na região, são pacíficos. Algumas tribos têm a prática de rapinagem, mas agem às escondidas e sem violências. Mesmo aqueles que possuem armas, são conhecidos por sua índole pacífica. Conclama que todo o Acre seja logo transformado em estado federado, deixando de ser gerido por prefeituras departamentais, porque continuando assim, os padres serão os únicos a oficiarem os casamentos “e os índios não terão a proteção que a lei lhes concede” (Guapindaia, 1906, pp. 3-4).

Mesmo quando as terras do futuro estado Acre sequer tinham sido ocupadas por seringais, os primeiros viajantes que percorriam o extenso vale do Purus davam vazão às mais vis formas de contato com os antigos habitantes daquelas paragens. Em 1852, Manuel Urbano havia recebido ordens do presidente da Província do Amazonas, Manuel Gomes de Miranda, para que fosse prático da expedição de reconhecimento do Purus comandada por João Cameté. Este, porém, ao invés de desempenhar sua missão,

Tratava antes de saciar os seus desejos libidinosos e, para tal fim, ordenava a Urbano, que falava gíria, - arribar a roupa das índias menores, para ver a que lhe servia, assim como prendia os índios que tinham mulheres bonitas, para ficar a vontade com elas. Os índios feridos no seu amor próprio ou descontentes pelos maos tratos que recebiam, quizerão matar a Cameté e ficar só com Urbano (Purus, 1910, p. 02).

Manoel Urbano conta que assumiu a causa dos indígenas e retornou a Manaus, onde relatou os abusos ao presidente. Logo foi enviado novamente

ao Purus, mas foi preso por Cameté e, quando solto, foi demitido. Procurando o vigário geral do Amazonas, Conego Azevedo, conseguiu enfim apoio até mesmo de ministros no Rio de Janeiro para que ele fosse enviado novamente em expedições ao Purus. Em 1869, Urbano já tinha instalado residência na cidade de Canutama e aberto uma firma com seus filhos. Um outro navegador daquele rio, Antônio Rodrigues Pereira Labre, anotou que em 1887, Urbano tinha por volta de 90 anos de idade e era o mais antigo habitante explorador do Purus (Labre, 1887, p. 03).

Manoel Urbano havia denunciado Cameté, mas de início seguia suas ordens para despir as índias e fazer sabe-se lá o quê mais. Com a justificativa de que, para negociar e amansar os índios, deveria assumir determinados costumes, tanto é que se casou três vezes com mulheres indígenas, sendo, portanto, bígamo. Não se sabe quando prestou esse depoimento, mas a entrevista de Urbano foi eventualmente recompilada por jornais do Acre (Purus, 1910, p. 02).

O catarrão

As correrias e o catecismo civilizatório deixaram marcas para além das violências físicas e mentais, porque contribuíram para a contaminação dos povos originários com várias doenças respiratórias e de outros tipos. Por óbvio que essas moléstias podem ter se originado por causa dos mais variados contatos, mas as veremos aqui em ato contínuo com esses eventos. Muitas fontes associam doenças e correrias com a convivência de indígenas e os ocupantes, de maneira que estão indissociados esses cenários. O próprio historiador diletante e juiz federal José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho faz essa articulação, quando descreve o sumiço dos Nauas ou Capanauas no início do século XX. Esse povo, que habitava uma região entre os atuais municípios de Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, sobretudo a porção sem curvas do Juruá, o Estirão dos Nauas, foi acometido por uma grave doença pulmonar, o catarrão:

Os Nauas, ou Capanauas, que residiam no estirão desse nome foram, em certa época, atacados por um 'catarrão' que os dizimou, fugindo os sobreviventes desse lugar 'empestado', conforme o uso entre os índios, e, como supusessem que essa moléstia fosse 'botada' pelos

seringueiros, retiraram-se para muito longe. Em 1900, apareceram os Capanauas no rio Breguesso ou Sungarú, donde saíram em 1902 ou 1903, devido a perseguição, refugiando-se em terras da república vizinha, constando que se localizaram no rio Tapiche. Dessas informações, infere-se que eles eram muito ativos e obedientes. Presentemente, não se sabe ao certo o paradeiro deles (Sobrinho, 2005, p. 23).⁵

Ele culpa genericamente os seringueiros pela contaminação e, mais vagamente ainda, atribui ela e as andanças do grupo a uma perseguição, essa, porém, é inominada e os indígenas parecem ter ido embora para o Peru. O texto de Brandão foi publicado em 1930, assim o sumiço dos Nauas já tinha quase trinta anos e o escritor não se aprofunda nesse caso, preferindo adotar uma postura de repetir narrativamente afirmativas vagas. Apesar dessa preguiça intelectual, temos relatos contemporâneos que abordam como os vales do Juruá-Tarauacá estavam tomados por doenças matando indígenas. Em 1908, o engenheiro Bueno de Andrade, acompanhado pelo seringalista Felizardo Cerqueira, partiu de Cruzeiro do Sul em direção a Tarauacá para fazer demarcações topográficas da região em nome do governo brasileiro. Percorreu justamente o Estirão dos Nauas citado por Sobrinho, onde resolveu visitar uma aldeia. Após percorrer pequena trilha, encontrou o barracão e dentro dele

...vi nove sepulturas de índios e de índias, diferentes estas daquelas. Também ali fora enterrado o tuxaua dessa tribo. A cova que continha o cadáver em nada diferia das outras. Nesse lugar cheguei às onze horas e vinte minutos da manhã e com o caminhar de três mil, quatrocentos e sessenta e sete metros, a roça abandonada, na qual existia grande quantidade de bananeiras, macheiras, etc, que cobre longa faixa do espigão. Por ela me encaminhei e fui dar nos restos de um outro barracão, que, incendiado propositalmente pelos índios, ainda ardia (Andrade, 1908).

Felizardo lhe disse que a aldeia fora abandonada devido ao catarro, que acometeu e matou muitas pessoas. Os índios, segundo ele, choravam tão alto a perda de seus parentes, que longe nas matas era possível ouvir os sons. A pequena expedição saiu dali e, com algumas horas de caminhada, encontrou diversas casas da mesma tribo, que estavam rodeadas por muitas crianças e

⁵ Originalmente esse texto foi publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que também o temos junto com os demais do autor. Porém, utilizamos aqui a edição do Senado Federal. A fonte na origem: SOBRINHO, José Moreira Castelo Branco. O Juruá Federal. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. IX, Tomo Especial, pp. 587-722, Rio de Janeiro, 1930.

dois casais de adultos. Após uma pequena apresentação, um dos rapazes que era alto, forte e bonito na adjetivação do engenheiro foi chamar o tuxaua do grupo, que morava noutra aldeia. Eles o seguiram e ‘quer nos tapiris, quer nos roçados circunvizinhos, não se via ninguém’. Após conversarem com a liderança, souberam que muitos tinham morrido e os sobreviventes estavam doentes, sendo que cinco muito gravemente, daí resolveu-se medicá-los e deixar algumas indicações de tratamento. Na marcha, pelos dois dias posteriores, mais tapiris e muitos roçados indígenas abandonados até encontrarem no rio Forquilha um emissário de Tecson, chefe dos Kaxinauás.

O chefe pediu que os levassem para sua aldeia e nas proximidades já era possível ouvir os fortes gritos de choro da tribo. Ao todo Andrade calculou cerca de 150 pessoas morando ali, viu muitas covas e doentes acometidos com o catarrão. Tecson e os seus lidavam naquele momento com um grande dilema, que lhe parecia não ter solução, porque não conheciam aquela doença. Após chegar no destino, o expedicionário deixou sua opinião sobre a grave extensão da epidemia no vale do Juruá e Envira-Tarauacá:

Atribuo esta doença a repetidos resfriamentos, devido ao fato de todos eles dormirem em maqueiros suspensos sobre fogueiras, que ardem constantemente quer de dia, quer de noite e dos maqueiros saem eles cinco ou seis vezes por dia, com o corpo quente, para se banhar nas correntes dos igarapés. Ora, essas alternativas bruscas e frequentes do calor da rede e frio das águas são o bastante para produzir o resfriamento, que padecem e que tão fatal lhes é (Andrade, 1908).

Toda uma paisagem, que outrora era fartamente habitada, contendo culturas especializadas de plantio, várias aldeias e seus habitantes, estava sendo destruída por um agente invisível. O catarrão exterminava os Nauas e demais povos, que não tinham qualquer defesa contra aquele patógeno alíem. A narrativa de Bueno de Andrade, ao mesmo tempo que nos informa, demonstra sua interpretação flagrantemente ideológica. Ele sabia que as doenças pulmonares tinham sido levadas ali pelos invasores, mas decide culpar um modo de vida milenar, que certamente não era o responsável por aquele adoecimento. Soma-se ao catarrão, as epidemias de varíola, conhecidas entre os Kaxinawas, Katukinas e outros povos como a ‘doença dos brancos’, e que na década de 1920 atacou essas populações já fragilizadas (FUNAI, 2001, pp. 32-33)

Vinte e oito anos depois de Andrade, Victor Oppenheim viajou pelo Juruá e constatou que os Amahuacos foram literalmente extintos, deixando apenas restos de olaria e utensílios de pedras nas antigas capoeiras habitadas. Algumas mulheres tinham sido amansadas após correrias, mas estavam espalhadas e pela análise de seu levantamento não foram as correrias que dizimaram a tribo, mas uma extinção de pouco mais de 20 anos provocada por epidemias de diversas doenças. Teve contato também com os Poyanawas, tribo que se encontrava 'em rápida decadência; as febres epidêmicas, assim como baixo nível moral, os conduz à extinção'. Oppenheim verificou que quando comparados com os indígenas do rio Ucayalli, no Perú, as tribos do Juruá encontravam-se numa forte descendência populacional justamente por causa dos enfrentamentos com a civilização. Segundo ele, não tiveram condições de se adaptar para essas mudanças radicais, que ocorreram em um curto espaço de tempo (Oppenheim, 1936, pp. 145-155).

Um caso emblemático dessas tortuosas adaptações é encontrado nas memórias do povo Jamamadi, habitantes de uma vasta zona do médio Purus. Eles conseguiram se adaptar aos avanços dos seringais, mas não às doenças que foram chegando na primeira metade do século XX. Aqueles eram os tempos das avós e muitos deles trabalhavam como seringueiros, executando tarefas sazonais, recebendo alguns produtos de escambo e retornando às aldeias. Como alguns relatos desse povo demonstram um saudosismo para com os padrões da época da borracha, os índios atuais entendem que seu papel foi de protagonismo na economia extrativa desse produto (Souza, 2015, pp. 12 e pp. 109-118).

De todo modo, as aldeias vão se transformando em seringais e, por volta da década de 1910, a população Jamamadi já está incorporada. Trinta anos depois, as festas deles já são também as dos brancos, porque os vizinhos seringueiros participam desses encontros. A maioria deles comemora a fartura das colheitas e saudação à memória dos mortos, mas essas relações de amizade muito próxima são perigosas. As epidemias quase que os exterminam, como está descrito nas falas de Armindo Ermenegildo,

Que nasceu no seringal S. Miguel e que, portanto, criou-se junto com os Jamamadi do Kapanã. Lembra que existiam duas malocas e em cada uma delas 60 a 80 casas. 'Eu tinha uns 14 anos de idade (1946). A força dos índios morreu nessa doença. A doença deles foi negócio de

sarampo... Aí foi morrendo, foi morrendo e quando deu fé, tava acabando com tudo'. Referenciados em sua tradição cultural, os Jamamadi atribuem as mortes ao feitiço; seus xamãs responsabilizados, não conseguiram mais combater o mal. Acusações de feitiçarias e assassinatos geraram a dispersão (FUNAI, 1992, Seção I).

O igarapé Xapanã foi sendo abandonado a tal ponto que, em 1988, toda sua margem direita permanecia desabitada. Seringueiros e os Jamamadis associavam toda a região a essa feitiçaria punitiva, que desagregou o grupo, levou a cisões culturais e ao agravamento das doenças. Mesmo tendo recebido a informação de que a Malária e outras doenças foram originalmente trazidas por seringueiros, seringalistas e catequizadores, o desentendimento entre famílias foi profundo e o território do Xapanã é colocado em uma espécie de quarentena. Viajando pelo Purus em 1955, Harald Schultz e Vilma Chiara constataram que havia duas aldeias Jamamadis no seringal São Miguel, mas vários grupos deles estavam espalhados por todo o vale. Essa população dispersa, contudo, era diminuta, porque a epidemia ainda se fazia presente entre eles (Schultz; Chiara, 1955, p. 183).

Procurando algum lugar de moradia, eventualmente entraram em fricção com os Apurinãs, que atuavam algumas vezes, em associação com os seringalistas na invasão das aldeias temporárias Jamamadis. Assim, 'dispersos pelo município de Boca do Acre, os Jamamdi não encontraram mais terras desocupadas' e a única alternativa que possuíam, no final da década de 1980, era justamente o igarapé Xapanã abandonado pelas pragas de outrora (FUNAI, 1992, Seção I). O catarrão e as demais doenças alienígenas que exterminaram os Nauas e demais comunidades nos vales de rios que formariam o estado brasileiro do Acre foram deliberadamente implantadas ali na maioria dos casos, sendo responsáveis tanto quanto as correrias e reduções pelo processo violento de reocupação dessa paisagem.

Considerações finais

Os vales dos muitos rios que dariam origem ao estado do Acre, foram reocupados sistematicamente por populações não originárias a partir da década de 1860. Essa reocupação pode ser lida como uma invasão, que se operou através das correrias, catequizações e a inserção de muitos deles como seringueiros. Concomitante, as doenças exógenas desgraçaram ainda mais

esse quadro de violações, sobretudo com o catarrão, formando assim um quadro de perseguição totalizante aos povos indígenas.

Primariamente o objetivo era o extermínio dessas pessoas, que não deu certo devido às insubordinações e demais resistências cotidianas, assim a guerra aberta foi cedendo lugar ao processo civilizatório de escravização. Essa perseguição foi se modificando, sendo adaptada a vários contextos e abre-se historicamente uma série de problemas. O primeiro deles é como lidar com as profundas reparações que os sobreviventes merecem e entendemos que a questão do escravismo em pleno século XX é crucial nesse sentido. Segundo, de que maneira a historiografia deve lidar com essas histórias, dedicando especial atenção ao protagonismo de Kulinas, Jamamadis, Nauas e outros.

Em um terceiro momento, como essas histórias devem ser contadas na rede de ensino, para que contribuam com o fortalecimento de cidadanias críticas das gerações futuras. Quarto, quais as heranças desse quadro totalizante de perseguições perduram e como elas devem ser combatidas, sobretudo com o fortalecimento dos movimentos sociais de contestação dos índios.

Existem obviamente muitos outros problemas históricos levantados por pesquisas sobre as trajetórias dos povos originários e pretendemos aqui contribuir com o segundo ponto, trazendo a baila no debate povos negligenciados pela historiografia e tratados muitas vezes marginalmente pelas fontes. Assim, a reocupação que daria origem ao Acre e, conseqüentemente, a uma nova porção do território brasileiro, não conta somente a saga de seringueiros fugidos da seca em direção ao vazio amazônico, mas o complexo embate de culturas, agentes e formações contextuais onde os povos originários não podem ser silenciados.

Referências

ANDRADE, B. Os índios Nauas. **Jornal Do Comércio**, ed. 1395, Manaus, 1908. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BASTOS, A. Introdução. In: COSTA, C. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

CEDI. Povos indígenas no Brasil. Índios fazem manifestação em Rio Branco. **Diário Popular**. 03/02/1988. Disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/528_20090618_112215.pdf. Acesso em 29 dez. 2022.

CHANDLESS, W. Notes on the river Purus. *In: The Journal of the Royal Geographical Society of London*, pp. 86-128, vol. 36, London, 1866.

CORRESPONDENTE. **Correspondente do interior**: Alto Embira. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal O Município*, ed. 184, Tarauacá, 1914.

CPI – Comissão Pró-Índio. **Terras indígenas do Acre**. Rio Branco: CPI, 2022. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/terras-indigenas-no-acre/>. Acesso em 16 ago. 2022.

CPI – Comissão Pró-Índio. **História dos antigos Manchineri**. Rio Branco: Fundação Tokio/Fundo Sasakawa, 2010.

DENÚNCIA. **Novas provas contra autores da chacina de 40 jumas em Tapauá**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal Porantim*, ed. 09, Brasília, 1979.

ERNEST, W. (Org.). **The Putumayo: the devil's Paradise, travels in the peruvian Amazon region and an account of the atrocities committed upon the indians therein**. Londres: Legare Street Press, 2021.

FARNESE, G. **Carta dirigida a Afonso Pena**. Arquivo Afonso Pena. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1907.

TEEGRAMA. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal O Cruzeiro do Sul*, ed. 345, Cruzeiro do Sul, 1914.

FREIRE, D. **A revolta dos índios**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal O Município*, ed. 158, Tarauacá, 1913.

FUNAI. **Portaria Interministerial n. 002/83**. Brasília: FUNAI, 1987.

FUNAI. **Despacho n. 11**, de 04 de setembro de 1991. Brasília: Diário Oficial da União, 1991.

FUNAI. **Despacho n. 01**, de 18 de fevereiro de 1992. Brasília: Diário Oficial da União, 1992.

FUNAI. **Despacho n. 23**, de 23 de abril de 1998. Brasília: Diário Oficial da União, 1998.

FUNAI. **Despacho n. 19**, de 06 de maio de 1999. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

FUNAI. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Arara do rio Amônia**. Brasília: FUNAI, 2001.

FREIRE, D. **A revolta dos índios**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal O Município*, ed. 158, Feijó, 1913.

GUAPINDAIA, F. Relatório da Delegacia Auxiliar. **Jornal O Cruzeiro do Sul**, ed. 010, Cruzeiro do Sul, 1906. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZEILHA. **Jornal Amazonas**, ed. 189, Manaus, 1869. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GORTÁZAR, N. G. **O último ancião Juma morre de Covid-19 e leva para o túmulo a memória de um povo aniquilado no Brasil.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-19/o-ultimo-anciao-juma-morre-de-covid-19-e-leva-para-o-tumulo-a-memoria-de-um-povo-aniquilado-no-brasil.html>. Acesso em 26 jan. 2023.

IGLÉSIAS, M. M. P. **Os Kaxinawá de Felizardo:** correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

KROEMER, G. Matança de 40 índios no Purus dá processo segundo Oab-Am. **Jornal Porantim**, ed. 05, Brasília, 1978. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LABRE, A. R. P. **Itinerário de exploração do Amazonas a Bolívia.** Belém: Typ. da Provincia do Pará, 1887.

MAIA, J. X. Depredação dos índios no rio Jordão. **Jornal O Município**, ed. 225, Tarauacá, 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MAIA J. X. Os índios do Tarauacá. **Jornal O município**, ed. 213, Feijó, 1915a. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MANCHINERI, A.; MORAIS, M. de J. Povo Manchineri: mobilidade territorial e cultura. In: **Anais do XIII EGAL.** San José: XIII EGAL, 2011.

MANCHINERI, J. História Manchineri antes do contato. **História Indígena.** Rio Branco: CPI, 1996.

MA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Relatório Geral das Aldeias do Sul do Estado do Amazonas.** Brasília: Ministério da Agricultura, 1964.

MUZZO, G. P. **Historia del Peru:** épocas del Descubrimiento y conquista y vicereinado. Lima: Ministerio de Educacion Publica, 1953.

NOTAS. **Jornal O Cruzeiro do Sul**, ed. 011, Cruzeiro do Sul, 1906. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

NORBERTO, G. **Chronicas do Acre.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Jornal Folha do Acre**, ed. 045, Rio Branco, 1911.

OFÍCIOS. **Jornal Amazonas**, ed. 205, Manaus, 1869. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OS INDIOS. **Jornal O Juruá:** órgão independente noticioso e defensor dos interesses da coletividade, ed. 050, Cruzeiro do Sul, 1955. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

PURUS. **Jornal O Município**, ed. 07, Tarauacá, 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OPPENHEIM, V. Notas etnographicas sobre os indígenas do Alto Juruá (Acre) e valle do Ucayali (Peru). In: **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, pp. 145-155, vol. VIII, Rio de Janeiro, 1936.

OS INDIOS. **Jornal O Cruzeiro do Sul**, ed. 245, Cruzeiro do Sul, 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OS INDIOS. **Jornal O Município**, ed. 152, Tarauacá, 1913a. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PROJETO LEI N. 2167, de 1956. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=06083EA927B52280F0B4A0854B9142B2.proposicoesWebExterno1?codteor=1211849&filename=Dossie+-PL+2167/1956. Acesso em 30 dez. 2022.

QUEM SÃO? **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em: www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao. Acesso em: 27 fev. 2023.

SCHULTZ, H.; CHIARA, W. Informações sobre os índios do alto Purus. **Revista do Museu Paulista**, vol. IX, pp. 181-200, Rio de Janeiro, 1955.

SILVA, C. H. F. da. **Entre o mítico e o real: os escândalos do Putumayo e o holocausto amazônico**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SILVA, A. J. da. **Relatório dirigido ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 17 de novembro de 1930.

SOBRINHO, J. M. C. B. O Juruá Federal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. IX, Tomo Especial, pp. 587-722, Rio de Janeiro, 1930.

SOBRINHO, J. M. C. B. **O Juruá Federal**. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOUZA, I. D. P. de. **Gentes da mata: histórias, alteridades e socialidades entre os Jamamadi do médio Purus**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2015.

SATUFFER, D. H. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (I). **Revista História**, Universidade de São Paulo, vol. 18, pp. 73-96, São Paulo, 1959.

SATUFFER, D. H. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (II). **Revista História**, Universidade de São Paulo, vol. 20, pp. 435-453, São Paulo, 1960.

SATUFFER, D. H. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (III). **Revista História**, Universidade de São Paulo, vol. 21, pp. 165-183, São Paulo, 1960a.

SATUFFER, D. H. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (VI). **Revista História**, Universidade de São Paulo, vol. 21, n. 44, pp. 427-450, São Paulo, 1960b.

SATUFFER, D. H. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (V). **Revista História**, Universidade de São Paulo, vol. 22, n. 46, pp. 413-433, São Paulo, 1961.

TEEGRAMA. **Jornal O Município**, ed. 146, Tarauacá, 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

TERRA INDÍGENA APURINÃ. Km 124, Br 317. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3587>. Acesso em 29 dez. 2022.

THOMSON, N. **The Putumayo Red Book**. Londres: Wentworth Press, 2019.

THOMSON, N. **Libro rojo del Putumayo**. Bogotá: Arboleda & Valencia, 1913.